

UM OLHAR SOBRE AS CRIANÇAS: A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA A PARTIR DA REVISTA VEJA (1968-1988)

Anelise Rodrigues Machado de Araujo

A fachada do edifício *London*, localizado na zona norte de São Paulo, estampou as capas dos principais jornais brasileiros nos dias seguintes à noite de 29 de março de 2008. Em pouco tempo, as manchetes sobre a morte de uma menina tomaram inclusive a imprensa internacional. O jornal francês *Le Monde*, um dos mais lidos do mundo, ainda acompanharia o caso meses depois, como em uma reportagem de Jean-Pierre Langellier publicada em 15 de maio daquele ano¹. O texto, intitulado “O sorriso de Isabella assombra o Brasil”², dedica seus dois primeiros parágrafos apenas para descrever a intensa ação policial em torno do acontecimento e a comoção brasileira gerada diante das notícias transmitidas pela mídia com frequência.

O falecimento da criança que estava prestes a completar 6 anos de idade, devido a uma queda do sexto andar do edifício, passou a ser considerado homicídio quando a polícia constatou que a tela de proteção da janela teria sido cortada. Além disso, indícios de sangue sinalizaram que ela estava ferida antes mesmo da queda e o pai da menina passou a ser o principal suspeito do crime. O possível infanticídio cometido pelo pai revoltou e mobilizou parte da sociedade brasileira.

Quem esteve nas grandes cidades brasileiras na metade do ano de 2008 certamente ouviu falar no sobrenome Nardoni. Além do pai, a madrasta da menina Isabella Nardoni também foi apontada e posteriormente detida como suspeita de ter participação no homicídio. Em março de 2010, após 5 dias de julgamento, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá foram condenados a 31 e a 26 anos de reclusão, respectivamente. O julgamento teve cobertura ao vivo das grandes emissoras de televisão de todo país, demonstrando que mesmo dois anos após a morte da menina a comoção popular e a cobertura midiática permaneceram empenhadas em acompanhar a apuração do caso ao lado da Justiça brasileira. Tanto quanto a própria vida, considerou-se que Isabella perdera sua infância.

¹ LANGELLIER, J. P.; Le sourire d’Isabella hante le Brésil. *Le Monde*. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr/>>. Acesso em: 22 de maio de 2008.

² Le sourire d’Isabella hante le Brésil.

O espaço dedicado pela imprensa ao caso de Isabella Nardoni demonstra um fenômeno bastante recente na sociedade brasileira. O público alvo das revistas e jornais periódicos, geralmente homens adultos das classes urbanas mais abastadas, determinou por décadas boa parte da pauta midiática, voltando-a para o perfil do leitor. As revistas direcionadas para o público feminino, grande novidade da segunda metade do século XX, sinalizaram um princípio de mudanças desse contexto. Contudo, a dedicação da imprensa periódica a questões relacionadas à infância é ainda mais recente.

O aparecimento do universo infanto-juvenil como questão social emerge nos meios de comunicação, no decorrer do século XX, geralmente colocando as crianças e jovens sob custódia de discursos diversos, tais como dos pais, de juízes, de psicólogos, de assistentes sociais, etc. Conforme afirma Cristina Ponte, “mais para serem vistas do que para serem ouvidas”³. É como no episódio de Isabella, quando um discurso (elaborado por adultos) causou comoção porque se pressupunha que Isabella, uma criança, ainda poderia viver por muitas décadas e se tornar uma mulher adulta; além de que ter sido assassinada pelo próprio pai indica que este não soube exercer sua função na família de proteger e assegurar o futuro da menina.

As circunstâncias da morte de Isabella foram noticiadas inicialmente por ela ter sido vítima de um crime. Certamente, há uma questão de classe envolvida na midiática do caso, por se tratar de uma família de classe média que perdera sua criança num episódio trágico. No entanto, ter o pai apontado como seu homicida fez com que a visibilidade do caso tomasse proporções para além das fronteiras nacionais. Deste modo, revelou como um dos possíveis motivos de tal midiática o rompimento entre uma família de classe média e aquilo que assegura a norma familiar burguesa no que tange à proteção da criança para manutenção de sua infância.

A noção de infância pode ser compreendida como um conjunto de discursos que engendram práticas e valores, estes últimos expressos através de determinadas representações sociais. A partir desta noção, a trajetória de vida das crianças passa a ser idealizada, interditando-se algumas práticas e enaltecendo outras. No caso da noção de infância, que emergiu atrelada a da norma familiar burguesa, as práticas laborais e sexuais são suspensas, de modo que a escola é considerada o espaço a elas direcionado.

³ PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2005.

Afinal, as crianças passam a ser compreendidas como seres em formação e, portanto, merecedoras de cuidados materiais e afetivos. Em função deste processo, passa a existir uma relação de dependência das crianças, os seres em construção, para com os adultos. É uma relação que ultrapassa a questão econômica, por não se sustentar meramente na lógica do trabalho e da subsistência, mas por considerar que os indivíduos de tenra idade ainda não estão prontos para o convívio social pleno.

Essa relação de dependência está associada ao elo entre a noção de infância e a introdução da norma familiar burguesa no Brasil. De acordo com a historiadora Silvia Maria de Fávero Arend, a denominada norma familiar burguesa, caracteriza-se pela presença de um conjunto de práticas e valores. São eles,:

(...) composição pai, mãe e filhos; presença do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a sexualidade do casal deve ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornaria o provedor, atuando no âmbito público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídos a partir de dois eixos, isto é, consangüinidade e afetividade⁴

Segundo Jurandir Freire Costa, a partir do final do século XIX o Estado brasileiro passou a intervir no cotidiano das famílias, no intuito de introduzir a norma familiar⁵. Entre as empreitadas, estava uma maior preocupação com a escolaridade das crianças e adolescentes, preparando-as para o futuro. Neste contexto, todos os membros da família passariam por uma readequação de atribuições, inclusive no que toca as relações de gênero. A figura materna teria que desempenhar um trabalho fundamental para o desenvolvimento da criança, pois enquanto o pai deveria ser o provedor, esta estaria imbuída da responsabilidade de garantir a educação e a preparação para o trabalho. Essa constatação é fundamental para compreender o que levou a figura patriarcal, outrora central nas famílias burguesas, a ser substituída pela figura infantil como o foco das atenções principais.

Com isso, a elaboração do ideário da infância se pautou na criação de uma representação cultural em que “a imagem da criança frágil, portadora de uma vida

⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Uberlândia, *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, p. 275, 2007.

⁵ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e a norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

delicada, merecedora do desvelo absoluto dos pais, é uma imagem recente”⁶. Considerar, por exemplo, que o pai de Isabella foi julgado não apenas pelo poder judiciário, mas pela sociedade de modo geral, remete a possibilidade do meio social estar considerando que Isabella foi vítima de um crime devido a sua fragilidade e ao descaso de seu pai.

No Tempo Presente, tais crenças já estão na ordem das coisas e os impulsos de tratá-las desta forma acabam por naturalizar aquilo que as relações sociais inventaram. De acordo com a historiadora Maria Luiza Marcílio, “o século XX é o século da descoberta, valorização, defesa e proteção da criança. No século XX formulam-se os seus direitos básicos, reconhecendo-se, com eles, que a criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios”⁷. Uma das estratégias para promoção da infância foi a instituição de leis. Na década de 1980, o Estado brasileiro promoveu, ao lado de diversos movimentos sociais, a substituição do Código de Menores de 1979 pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa substituição significou uma importante alteração no âmbito das medidas estatais para a promoção da infância. Ao instituir uma legislação que se dirigia a todas as pessoas com menos de 18 anos, buscava-se assegurar a “infância” de todas as crianças. Afinal, nos termos da norma familiar burguesa, ser criança não implica necessariamente em possuir a denominada infância.

Diante do leque de possibilidades de fontes documentais para a pesquisa histórica voltada para a infância, o caso Isabella Nardoni indica o destaque dos registros midiáticos, que a partir das últimas décadas do século XX vêm tomando um espaço cada vez mais expressivo. A historiadora Tânia Regina de Luca aponta esse fenômeno como bastante recorrente, quando “observa-se uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa”⁸. No entanto, para Marco Antônio de Souza, “esses dois grandes fenômenos contemporâneos, mídia e infância, quando são estudados pelos historiadores costumam

⁶ COSTA, op. Cit., 2004, p. 155

⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX*. Disponível em: <<http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/crianca.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2010.

⁸ LUCA, op. Cit., 2006, p. 126.

sê-lo separadamente”⁹. Por mais que os novos objetos da História estejam sendo estudados cada vez mais através da mídia impressa e periódica, o autor explicita que no caso da pesquisa sobre o universo infantil essa relação ainda se trata de uma grande novidade.

Esse panorama indica que se a historiografia dedicada às questões da infância é escassa, as fontes documentais para as quais os historiadores podem recorrer para construí-la são paradoxalmente plurais. Conforme afirma Peter Burke, “quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais”¹⁰. Assim, podem-se escrever histórias sobre a infância a partir da mídia impressa, dos programas de televisão, dos livros endereçados ao público infantil, de fotografias e pinturas, dos filmes, dos desenhos animados, enfim, de diversos produtos de determinada época.

Os periódicos impressos, segundo Raquel Discini de Campos, contribuíram para a consolidação de determinado olhar sobre as crianças, valorizando-as por estarem num tempo de suas vidas considerado “especial”. Segundo a autora:

Se for papel do historiador a reconstrução dos sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de palavras, imagens e práticas, postulo que a imprensa é palco privilegiado para o encontro do pesquisador com os valores, idéias e conceitos que os atores sociais de um tempo distante arquitetaram a respeito de si mesmos, enquanto cotejaram a imagem do outro, no caso, da mulher e da criança, como emblema da constelação familiar e da educação em sentido amplo.¹¹

Cabe aqui, explicitar que estamos tratando de três eixos distintos, mas igualmente relevantes para o presente projeto: a historiografia centrada nas questões da infância; o uso de periódico impresso como fonte documental; e a história de como a infância se tornou agenda nas redações das revistas e jornais de todo país. Conforme assegura Cristina Ponte, mesmo no âmbito internacional as crianças, tomadas como

⁹ SOUZA, Marco Antônio de. A infância na mídia: desvendando essa história. In: SOUTO, Kely Cristina Nogueira et. al. (Org.). *A infância na mídia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 48.

¹⁰ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 25.

¹¹ CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 25.

ícones de inocência e referência moral, passaram a integrar a pauta das mídias noticiosas somente na década de 1980¹². Historicizar a difusão dessa presença é fundamental para analisar os discursos que incidiam sobre ela e que, sobretudo, caracterizaram os modos como a sociedade lidou com o denominado “problema dos menores” (que, mais tarde, foi chamado de “questões das crianças e dos adolescentes”).

Por isso, este trabalho pretende incitar o debate sobre uma faceta desse processo de introdução e veiculação do ideário de infância, a partir do qual a sociedade brasileira reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de Direito e as tomou como alvos centrais de diversas políticas de assistência, ao mesmo passo em que passou a mediatizar as questões da infância. O projeto é desenvolvido junto ao Programa de Mestrado em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e visa analisar os discursos presentes na revista *Veja* acerca da legislação e das políticas sociais para a infância brasileira no período compreendido entre 1975 e 1995.

A pesquisa está sendo efetivada na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Tenente Silveira, nº 343, no Centro de Florianópolis, que possui todo o acervo da revista *Veja* na seção de Periódicos, localizada no segundo andar do prédio. Cada edição da revista será analisada, sendo fotografadas as matérias que possuem convergência com a pesquisa proposta. Já disponíveis no computador, as fotografias serão devidamente organizadas em pastas e seus arquivos são nomeados com a data e página da publicação, possibilitando a referência direta à fonte no momento da escrita do trabalho. Com isso, o acervo da pesquisa estará disponível digitalmente. Além disso, caso ocorra alguma inviabilidade de continuar a pesquisa no acervo físico, há disponível *on line* o acervo digital da revista¹³, com todas as edições à disposição para livre acesso, consulta, captação de imagens e análise.

Percebendo a possibilidade de conhecer diferentes olhares sobre as crianças a partir das matérias elaboradas pela imprensa, este estudo pretende analisar as representações veiculadas em torno da infância, no período compreendido entre 1968 e 1988. O periódico escolhido foi a revista *Veja* por ter sido criada no final dos anos 1960 e, rapidamente, ter se tornado a revista mais lida do país. As peças publicitárias da revista não serão analisadas por necessitarem a um tratamento metodológico específico,

¹² PONTE, op. Cit., 2005. p. 87.

¹³ Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/acervodigital> > Acesso em: 22 de setembro de 2010.

diferente daquele conferido às notícias. Logo, o conteúdo jornalístico da *Veja* é que será tomado como objeto histórico.

O recorte temporal busca abranger uma época de ampla veiculação da *Veja*, além de permitir o diálogo com acontecimentos marcantes para a promoção da infância no Brasil, iniciando-se com sua primeira edição. Dentre eles, destacam-se implantação do Código de Menores de 1979, substituído pela sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, e um momento da história política brasileira que possivelmente incidiu sobre essas novas práticas em torno das crianças e dos adolescentes.

Considerando a assertiva de Paul Veyne de que o conhecimento histórico se dá através dos documentos¹⁴, sem deixar de frisar que as fontes não são “neutras” e que carregam consigo as marcas de quem e/ou do que as elaborou, esta a revista *Veja* como registro e vestígio do passado da sociedade brasileira, posto seu respaldo para tal por sua ampla circulação em todo território. Afinal, conforme afirma Thomaz Souto Corrêa, “lançada em 1968, talvez com a mais cara campanha de propaganda jamais feita para uma revista no Brasil, *Veja* esgotou setecentos mil exemplares na primeira edição”¹⁵. Nos anos seguintes, a revista passou a integrar a lista dos empreendimentos que causavam prejuízo à Editora Abril, porém as diversas renovações logo a fizeram retornar ao patamar de grande revista brasileira de informação, em plena vigência do regime militar. Atualmente, é considerada a quarta no mundo nesta categoria.

Os referências teóricos que nortearão a abordagem a ser feita às fontes documentais são elementos fundamentais para a composição das características da narrativa a ser elaborada. A História, em sua busca constante pela “recriação” dos eventos do passado, fabrica olhares possíveis sobre aquilo que era e que ocorreu, de acordo com o que as fontes enunciam e com o tratamento que se dedica a elas. Deste modo, diversos autores contribuem para o tratamento teórico-metodológico a ser empregado na busca por contemplar os objetivos do presente projeto. As produções historiográficas de Phillippe Ariès, com a obra “História Social da Família e da Infância”¹⁶, de Maria Luiza Marcílio, em “História Social da Criança Abandonada”¹⁷,

¹⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1998. p. 18.

¹⁵ CORRÊA, op. Cit., 2008, p. 218.

¹⁶ ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

¹⁷ MARCÍLIO, Op. Cit., 1998.

Silvia Maria Fávero Arend, no capítulo “Por uma história da infância no Brasil”¹⁸, e Neil Postman em “O Desaparecimento da Infância”¹⁹ são fundamentais para compreensão não somente da concepção de infância, mas do próprio processo histórico de elaboração do conceito no interior das relações sociais.

A noção de infância, cuja análise é de importância considerada central para este trabalho, vem sendo estudada por diversas especialidades das áreas das Ciências Humanas e Sociais. Segundo a historiadora Silvia Maria Fávero Arend, os debates que ocorreram na sociedade brasileira durante a década de 1980 para tentar solucionar aquilo que se concebia como os “problemas dos menores” estão intimamente associados à emergência do campo de estudo²⁰. Naquele momento de formulação de novas leis para a infância, aos historiadores brasileiros caberia a tarefa de propor interpretações de caráter histórico sobre os processos vivenciados, sobretudo, pelas crianças pobres urbanas e rurais ao longo do século XX.

Em suma, recorreu-se à História para tentar compreender o processo de exclusão de determinadas classes sociais da viabilidade absoluta da infância. Não à toa, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente foi sancionado sob a perspectiva da “proteção integral”. Se o Código de Menores de 1979 estava vinculado ao menor de 18 anos “em estado de patologia jurídico social”, seu substituto define criança e adolescente através da classificação etária – sendo crianças até 12 anos incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade – e visando abranger as diferentes condições de vida das mesmas. A tese da socióloga Ângela Pinheiro²¹ é essencial para compreensão dos fenômenos jurídicos em torno das crianças, além da obra organizada por Irene Rizzini e Francisco Pilotti²², em meados dos anos 1990, que reúne diversos estudos sobre a forma como o Estado brasileiro lidou com seus indivíduos de tenra idade desde o período colonial.

¹⁸ AREND, Silvia Maria Fávero. Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; (Org.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

¹⁹ POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da Infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

²⁰ AREND, Silvia Maria Fávero. Op. Cit., 2007.

²¹ PINHEIRO, Ângela. *Criança e Adolescente no Brasil: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

²² PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (Org.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995.

Tal qual o discurso jurídico, o discurso médico também investiu na prescrição da condição de infante para solucionar problemas sociais. Sobre a construção do ideário de infância no Brasil no decorrer do século XX, segundo Jurandir Freire Costa²³ vários mecanismos foram acionados no final do século anterior para, através da medicina higiênica, fornecer as bases para a construção da noção burguesa de família no Brasil. A constatação dos médicos de que as taxas de mortalidade infantil não seriam contidas enquanto as famílias não estivessem preparadas para cuidar de suas crianças foi ponto crucial não só para a exaltação dos valores burgueses de família, como também para o enaltecimento da escola.

Considerando o espaço escolar um espaço adequado para o disciplinamento das crianças, e tratando de agir sobre ele para que se tornasse cada vez mais apto a tal finalidade, a medicina higienista transferiu dos pais para a escola a responsabilidade sobre a educação dos filhos. Estudar se firmou na norma familiar burguesa como o trabalho das crianças em idade escolar, um momento de preparação para o trabalho laboral – este sim, segundo a norma, exercido por adultos. Os estudos na área da História da Educação, destacando-se aqui o trabalho de Marcus Vinícius da Cunha²⁴ em que o autor historiciza a relação entre escola e família, são necessários para interagir com as considerações de Jurandir Freire Costa. Quanto à educação como forma de preocupação para com a obtenção de corpos sadios e mão-de-obra capaz, são bastante válidas as análises de Michel Foucault, Phillippe Ariès e Jacques Donzelot²⁵ sobre a forma como os Estados modernos passaram a interferir nas famílias.

As representações sociais da infância veiculadas pela revista *Veja* serão estudadas não simplesmente através do que está explícito, mas daquilo que se pode observar através de uma leitura minuciosa das entrelinhas do discurso. Conforme afirma Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”²⁶. Assim, o discurso midiático é uma estratégia no âmbito das

²³ COSTA, op. Cit., 2004.

²⁴ CUNHA, Marcus Vinicius da., A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

²⁵ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. P. 10.

relações de poder, que não simplesmente as reproduzem, mas que também *é e faz*, determinando as palavras que aparecem no periódico e as outras práticas que se pode gerar a partir de sua veiculação.

Especificamente para análise do discurso da imprensa, recorrer-se à Tânia Regina de Luca²⁷ e Thomaz Souto Corrêa²⁸. Apesar de raros, os estudos sobre imprensa e infância na História fornecem indícios preciosos de como lidar com temática e fonte. Destacam-se a socióloga portuguesa Cristina Ponte²⁹, a tese de doutorado de Raquel Discini de Campos³⁰ e os escritos de Marco Antônio de Souza³¹, os quais fornecem múltiplas possibilidades de análise das representações sociais da infância nos mais diversos contextos.

A investigação da História das representações sociais em torno da infância pode contribuir para formulação do conhecimento histórico que auxilie no campo das políticas de assistência social. Afinal, através da análise de iniciativas já conjuradas pelo Estado brasileiro, é possível perceber como cada época lidava com a idealização da infância. Segundo Maria Luiza Marcílio, as políticas assistenciais para a infância possuem especificidades em certos momentos históricos da História do Brasil³². No século XIX, possuíam caráter caritativo, com a forte presença das ideologias cristãs e não pretendendo alterar o *status quo* da sociedade. Até meados da década de 1960, mesmo não tendo extinguido todas as entidades de caridade, vigorou a filantropia, baseada nos preceitos higienistas e desejando uma mudança nas condutas. E a terceira fase é considerada a do bem-estar social, ou o que a autora denomina também de “Estado-Protetor”, visto que é quando se observa a interferência do poder judiciário na questão da infância. O presente trabalho busca, explicitamente, dialogar com essa terceira fase.

²⁷ LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006. p. 111 – 153.

²⁸ CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de, MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207- 232.

²⁹ PONTE, Op. Cit., 2005.

³⁰ CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

³¹ SOUZA, Marco Antônio de. A infância na mídia: desvendando essa história. In: SOUTO, Kely Cristina Nogueira et. al. (Org.). *A infância na mídia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 47 – 85.

³² MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 132.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria Fávero. Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; (Org.). **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

_____. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). Uberlândia, **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, p. 269-292, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de, MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207- 232.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CUNHA, Marcus Vinicius da., A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006. p. 111 – 153.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (Org.) **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Amais Livraria e Editora, 1995

PINHEIRO, Ângela. **Criança e Adolescente no Brasil: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2005.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999

SOUZA, Marco Antônio de. A infância na mídia: desvendando essa história. In: SOUTO, Kely Cristina Nogueira et. al. (Org.). **A infância na mídia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 47 – 85.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Brasília: Editora UNB, 1998.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Acervo Digital da Revista Veja. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/acervodigital>> Acesso em: 22 de setembro de 2010

LANGELLIER, J. P.; Le sourire d'Isabella hante le Brésil. **Le Monde**. Disponível em:

<<http://www.lemonde.fr/>>. Acesso em: 22 de maio de 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX**. Disponível em:

<<http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/crianca.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2010.